

# Um mundo à parte

Os números relativos ao que o Congresso Nacional vai gastar este ano, constantes do Orçamento Geral da União que acaba de ser aprovado, mostram a total insensibilidade de deputados e senadores ao momento particularmente difícil que o País atravessa. Câmara e Senado consumirão Cr\$ 34 trilhões em salários, benefícios sociais, mordomias e obras diversas, no mesmo instante em que trabalhadores e empresários fazem das tripas coração para enfrentar o desemprego e a recessão. Só não se pode dizer, diante de uma situação como essa, que o Congresso está totalmente divorçado do mundo dos brasileiros que sofrem e trabalham, porque entre eles há um vínculo muito forte: a conta. Afinal, alguém tem de pagá-la.

Como a inflação desmoralizou os milhões, bilhões e até trilhões, convém dar uma idéia do que significa, em termos comparativos, as despesas do Congresso. Elas superam as de ministérios importantes como Minas e Energia, Comunicações, Indústria e Comércio, Relações Exteriores, Justiça e Meio Ambiente. Apenas o Senado consumirá o mesmo que todas as embaixadas brasileiras no Exterior — Cr\$ 13 trilhões. E isso só para funcionar, sem considerar obras e outras despesas. Só para se “reaparelhar”, o Senado vai gastar Cr\$ 180 bilhões, o que vem a ser três vezes mais do que os custos das operações de combate às queimadas na Amazônia, problema de grande importância, na medida em que afeta o ar que respiramos e a imagem do Brasil no Exterior.

Se o salário dos parlamentares — Cr\$ 102 milhões — não é excessivamente alto, o dos funcionários da Câmara e do Senado nada tem a ver com a sinistra realidade dos demais trabalhadores brasileiros. E o que se esbanja em mordomias — moradia, telefone, correios, carros oficiais, passagens aéreas e agora até subvenções especiais para tratamento dentário de deputados e senadores e respectivas famílias! — é impressionante. Só com conservação e reparos nas suas residências funcionais a Câmara vai gastar Cr\$ 750 bilhões, o que dá em média Cr\$ 15 bilhão para cada uma, valor suficiente para comprar um bom imóvel em Brasília. Para tratamentos dentários, Cr\$ 216 milhões para cada um dos quinhentos e

tantos deputados.

Esse quadro mostra que o Congresso é cada vez mais uma entidade isolada da sociedade que deveria representar, uma corporação que vive em função de seus próprios interesses. É por isso que ele constitui um oásis de prosperidade, em meio à crise que abate o restante do País. A recente votação do Orçamento Geral da União, no qual os parlamentares cortaram importantes recursos da educação e da saúde para carrearem verbas para obras de caráter puramente eleitoral, não deixa qualquer dúvida sobre o universo fechado em que vive o Congresso.

Nada disso acontece por acaso. Essa situação é consequência de uma legislação eleitoral que, além de dispersar o voto, tornando impossível a identificação do representante com seus representados, pela falta do sistema de voto distrital, coloca-os fora do alcance dos eleitores assim que acaba a eleição, pela falta de instrumentos de confirmação como, por exemplo, o **recall** de que dispõem os eleitores norte-americanos para confirmar ou cassar o mandato de seus deputados após dois anos de desempenho no Congresso. É isso que possibilita aos nossos políticos se refugiarem gostosamente em seu mundo particular de privilégios, mordomias e disputas de poder. A lei partidária, por sua vez, ao possibilitar a proliferação de legendas, impede a formação de partidos sólidos e maiorias parlamentares — a base de qualquer democracia — e paralisa o Legislativo. Finalmente, a distorção da representação popular — única parte do entulho autoritário do regime militar na qual ninguém ousa tocar — entregou o domínio do Poder Legislativo a uma minoria, encarnada pelas retrógradas oligarquias do Norte e Nordeste, transformando numa trágica piada a democracia brasileira, a única no mundo que não se traduz pela máxima de “governo da maioria”.

Enquanto esses três pontos não forem revistos e reformulados em profundidade, o Congresso continuará a ser o que mostra o seu orçamento de Cr\$ 34 trilhões para 1993 — uma entidade à parte, fora do País real, insensível aos anseios e às dificuldades da sociedade que deveria representar, preocupada unicamente com os interesses particulares de cinco centenas de brasileiros.